



Assunto: Parecer do SIPPEB sobre as matérias constantes da reunião, convocada pela Sra. Secretária de Estado da Educação, para o dia 16 de abril de 2021, às 15 horas, da seguinte agenda de trabalhos:

1. Negociação coletiva do despacho que procede à adequação dos prazos do ciclo avaliativo dos docentes, nos termos do n.º 4 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 10-B/2021, de 4 de fevereiro – em anexo.
2. Consulta quanto às seguintes matérias
 - a. Recuperação das aprendizagens;
 - b. Formação inicial de pessoal docente.

1. Em relação à adequação dos prazos do ciclo avaliativo dos docentes e depois de analisarmos o documento, verificamos que estão acessíveis e que na nossa opinião não traz prejuízos para os docentes não havendo necessidade de mais adequações. Portanto, a proposta de Despacho é consensual.

2. a) Relativamente ao Plano de Recuperação, principalmente com os alunos mais novos, a nível do Pré-Escolar, 1º e 2º Ciclos, é bastante preocupante no que se refere às competências essenciais da leitura, da escrita, da Matemática e do Português.

Esta recuperação, como todos entendemos, não poderá ser feita com a sobrecarga de horários, que já por si é exagerada. Não se efetua de um ano para o outro, leva o seu tempo, mas as escolas estão disponíveis para o fazer.

Deve-se detetar os alunos com maior dificuldade nas diferentes disciplinas e agrupá-los de acordo com o atraso nas mesmas matérias e colocar um professor especialista, em regime de 2 ou 3 horas extraordinárias no final das aulas, em modo de alternância, para os discentes que apresentem em mais de uma disciplina dificuldades.

Enquanto estivemos em confinamento, no ano transato e neste ano, com o ensino a distância, não se verificou equidade nas aprendizagens, havendo alunos uns mais prejudicados do que outros, uma vez que os equipamentos disponíveis não foram suficientes.

Todos nós temos a noção de que os currículos nas diferentes áreas são muito extensos e mesmo presencialmente tornam-se difíceis de cumprir na íntegra. Para um bom plano de recuperação, da parte do Ministério da Educação, terá de haver um reajustamento dos conteúdos curriculares, com turmas mais reduzidas, quanto ao número de alunos e mais professores.

b) Formação Inicial de pessoal docente:

Quanto à formação inicial de Pessoal Docente, não é fácil incentivar os jovens para a docência uma vez que a classe docente tem sido desvalorizada e pouco reconhecida. Com o estado atual da educação cada vez se torna mais difícil encontrar argumentos positivos para ser professor.

O ME tem de criar urgentemente incentivos para a formação de docentes. Atualmente, o que podemos verificar nas candidaturas para as Universidades e Politécnicos é que os cursos para a docência são os menos procurados.

É premente, o ME pensar que a população docente está envelhecida e os professores começam a faltar. São necessárias políticas que tornem a carreira docente mais atrativa, principalmente ao nível de melhores remunerações no início de carreira, melhores condições de trabalho e fornecimento de alojamento, que deverá ser

oferecido pelas Autarquias, que possuem sempre fogos devolutos, não esquecendo também o apoio nas deslocações dos professores que são colocados a grande distância das suas residências.

Se as políticas educativas não mudarem, nos dias de hoje, com o vencimento que os docentes, no início de carreira, auferem e quando se encontram deslocados, praticamente o que ganham é o tempo de serviço.

A Educação pode vir a ser um caso muito sério no nosso país!

Todos os professores devem possuir licenciatura com a profissionalização integrada e com pelo menos algum tempo de estágio nas escolas, nas disciplinas que irão lecionar, dirigidos por um professor orientador, selecionado de entre os mais classificados na escola.

Seria importante, mais uma vez, lembrar que a luta vai continuar pelo fim das vagas, no acesso aos 5º e 7º escalões, que impedem os docentes de aceder a uma progressão normal, forçando-os a aguardar demasiado tempo para mudar de escalão e impedindo muitos de chegar ao topo da carreira.

Para concluirmos, achamos muito estranho, mas já é habitual o ME não convocar os Sindicatos para negociar o número de vagas a apurar para progressão aos 5º e 7º escalões.

A Direção